AVALIAÇÃO NO/DO PROCESSO DE ENSINAR-APRENDER: A CIRCULARIDADE DO DEBATE CONTEMPORÂNEO

Maria Tereza Carneiro Soares[1]

Resumo

Nas primeiras décadas de um novo século, em que no início da última década do século anterior acordou-se internacionalmente - a educação como um direito para todos - é forçoso reconhecer nas pesquisas que tomam a avaliação educacional como objeto de estudo, que as pesquisas dedicadas a avaliação dos conhecimentos escolares apontam para processos de exclusão e/ou manutenção da desigualdade educacional na maioria dos países. Seja na chamada avaliação externa dos sistemas escolares, realizada em larga escala, numa tentativa de mapear e mensurar estatisticamente os conhecimentos aprendidos pelos alunos ao final de etapas dos diferentes níveis de ensino, com a justificativa de subsidiar tomadas de decisões na formulação de políticas públicas. Seja no âmbito interno de cada instituição escolar, onde uma avaliação formativa e diagnóstica tem sido contemporaneamente preconizada em legislações e projetos pedagógicos curriculares, a ser realizada por meio de diferentes e variados instrumentos que permitam acompanhar o desenvolvimento das aprendizagens dos conhecimentos escolares realizadas no cotidiano das salas de aula, dentre os quais os testes e prova única praticamente saíram de cena. Contraditoriamente, a prova única é o carro chefe da avaliação externa de larga escala e apenas os maus resultados numéricos do desempenho dos estudantes nas longas provas, que tentam abranger uma gama de conteúdos escolares específicos - têm sido divulgados - na maioria das vezes de forma sensacionalista. Assim, os mais diversos meios de comunicação, a cada ciclo dessas avaliações, apregoam a incapacidade de aprendizagem dos estudantes brasileiros, vítimas de professores de escolas públicas, e igualmente incapacitados na tarefa de ensinar, uma vez que não promovem a aprendizagem. O que de forma indireta associa a incapacidade do sistema público em proporcionar um ensino de qualidade, sem mencionar, entretanto, os cenários e as condições em que esses profissionais e estudantes encaram o desafio de superar suas marcas históricas, culturais e

[1] Professora Doutora da Universidade Federal do Paraná/UFPR. E-mail: marite@brturbo.com.br.

sociais. Os conhecimentos exigidos nestas provas externas ao ambiente escolar, cada vez mais e melhor detalhados nas matrizes de referência, estão relacionados cuidadosamente a habilidades, competências ou processos cognitivos, com vistas a uma avaliação de cunho psicométrico, que possa ser traduzida em indicadores estatísticos mais e mais aperfeiçoados na arte de categorizar, classificar e estratificar. Objetivados de preferência no formato de itens de testes de múltipla escolha, no caso brasileiro, são elaborados por "especialistas", muitas vezes, arrebanhados em curto espaço de tempo, para uma tarefa datada e próxima e realizam sua prestação de serviço a partir de matrizes de referência. Talvez devido a isso, relativamente bem paga. No entanto, muitas vezes em nome da "cobrança" de um conhecimento básico e fundamental, ou seja, daquilo que todo estudante deveria saber por ter sido ensinado, essas matrizes acabam por reduzir os conhecimentos escolares a extratos mínimos e fragmentados para aquém do desejável, porém, encapsulados de forma verificável e que passam a orientar e muitas vezes a recomendar o currículo escolar. Diante de tal quadro, poderíamos perguntar: Não seriam estas exatamente as recomendações prescritivas da tão exaustivamente criticada pedagogia tecnicista? Até que ponto as avaliações do processo de ensinar-aprender que ocorre nos sistemas escolares, realizada por meio de provas em larga escala, tem fornecido indicadores para a indução de políticas educacionais públicas que afirmem a escola como lugar característico de acesso a um conhecimento que supere a abordagem instrumental em direção a uma abordagem histórica e crítica? Têm elas contribuído para que professores, alunos e pais tomem as avaliações no processo de ensinar-aprender em uma perspectiva investigativa que possibilite aos envolvidos tomar consciência dos caminhos, atalhos e desvios percorridos; dos obstáculos e do que precisa ser refeito; em direção ao que ainda falta percorrer para que os conhecimentos escolares tenham sentido?